



RELATÓRIO FINAL

Da COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA –
AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA - CTESEGPUBLICA,
sobre o desempenho de suas atividades.

RELATOR: Senador **PEDRO TAQUES**

I – RELATÓRIO

Em consonância com os termos disciplinados no preceptivo do § 2º do art. 76 do Regimento Interno do Senado Federal, esta Comissão Temporária Externa, perto do termo de seu prazo, comunica a Casa sobre o desempenho de suas tarefas, por meio do presente relato.

A Comissão foi criada com a aprovação pelo Plenário do Requerimento (RQS) n. 455, de autoria do Senador Eduardo Braga, em 28 de abril de 2011.

Com sua instalação no dia 5 de julho de 2011 foram eleitos por aclamação seu Presidente, Senador Eduardo Braga (PMDB-AM), e seu Vice-Presidente, Senador Jayme Campos (DEM-MT), além de ser designado seu Relator, Senador Pedro Taques (PDT-MT).

Na ocasião, os debates sobre a importância da Comissão e suas atribuições, com conclusões sobre suas perspectivas foram iniciados.

Na 2ª Reunião, realizada em 17 de agosto de 2011, foi discutido e aprovado o Plano de Trabalho da Comissão e o Requerimento n. 01, de 2011, de autoria do Senador Pedro Taques, para que fosse ouvido o Ministro da Justiça, Senhor José Eduardo Cardozo, com a finalidade de obter esclarecimentos sobre as ações da Política Nacional de Segurança Pública.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Pedro Taques

Durante as discussões foi mencionada a visita ao Ministério da Justiça pelos integrantes da Comissão, no dia anterior, oportunidade que obtiveram notícias sobre um elevado grau de contingenciamento dos recursos referentes à Segurança Pública.

Seguindo os trabalhos, na 3^a Reunião, ocorrida no dia 25 de agosto de 2011, realizou-se audiência pública com o Ministro da Justiça, Senhor José Eduardo Cardozo, com a presença da Secretaria Nacional de Segurança Pública, Senhora Regina Miki.

Na oportunidade, o Senhor Ministro de Estado de Justiça apresentou esclarecimentos sobre as ações da Política Nacional de Segurança Pública, apontando algumas prioridades do atual governo, como, p. ex., as operações nas fronteiras.

Além disso, o Senhor Ministro trouxe informações acerca do plano de atuação, a exemplo da indicação de necessidade de maior integração Federativa, das pastas do Governo Federal e no âmbito Internacional; de melhoria no sistema de informações sobre crimes ocorridos no território nacional; melhoria da questão humana, referente aos servidores que atuam em órgãos de Segurança Pública e também da necessidade de maior combate a corrupção.

No entanto, apesar dos esclarecimentos, não foi apresentado o planejamento nacional das políticas de segurança pública no país no corrente ano e nos seguintes. Também não foi apresentada nenhuma ação efetiva relativa ao PAC 2 na área de segurança pública e tampouco foi explicado qual o plano global e estratégico para o setor nos próximos anos.

Na derradeira Reunião (4^a), realizada em 5 de outubro de 2011, foram aprovados os Requerimentos de nº 2, de autoria do Senador Lindbergh Farias, de nº 3, da lavra do Senador Eduardo Braga e nºs 4 e 5, de autoria do Senador Pedro Taques.

Os objetivos dos Requerimentos, respectivamente, eram: realização de diligências no Estado do Rio de Janeiro para acompanhamento dos fatos envolvendo a morte da Juíza Patrícia Acioli; prestação de informações do Vice-Presidente de Fundo e Governos e Loterias; solicitação dos serviços do servidor Coronel Eumar Roberto Novacki; e audiência pública com o Diretor-Geral da Polícia Federal, Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal e o Presidente do Colégio dos





Secretários de Segurança Pública. Apesar de aprovadas, tais ações não chegaram a se concretizar, haja vista o decurso do tempo previsto para os trabalhos da presente comissão temporária.

Ainda assim, com as atividades desempenhadas foi possível constatar, preliminarmente, que há baixíssimo índice de execução orçamentária dos programas do Setor Segurança e Justiça, demonstrando que não há o compromisso efetivo do Governo Federal com a implementação das Políticas Públicas nesta área, que se restringem a questões específicas, sem planejamento orgânico. Veja-se, por exemplo, alguns programas de ínfima execução das dotações da LOA 2011:

- i) O programa 0623 – Calha Norte tem ações de construções de embarcações, manutenção de aeródromos, implantação de infraestrutura em municípios da região do calha norte. A dotação na LOA é de 484 milhões, e a execução não chegou a 15 milhões, ou seja, 3%.
- ii) O programa 0661 – Aprimoramento da execução penal tem ações como construção de escolas penitenciárias, implantação do sistema de inteligência penitenciária, adequação física de penitenciárias federais, aparelhamento e de estabelecimentos penais. A dotação na LOA é de 125 milhões, mas, apesar da alta relevância do programa, a execução atual é de 28 milhões, equivalente a apenas 22% do total;
- iii) O Programa 0623 – Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro teve dotação na LOA de 997 milhões e a execução está na casa de 443 milhões, menos de 50% do previsto, ainda que tal política seja estratégica para a Nação;
- iv) O programa 1127 – Sistema único de segurança pública tem ações como integração de educação e valorização profissional, ações preventivas de segurança pública para a copa do mundo 2014, sistema integrado de prevenção da violência e criminalidade. A dotação na LOA é de 620 milhões e a execução é de 48 milhões, ou seja, apenas 7,7% do previsto, apesar da



proximidade dos eventos e da grande relevância do programa.

- v) O programa 1453 – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci – tem ações como concessão de bolsas formação, implantação de postos de polícia comunitária, fortalecimento das instituições de segurança pública, modernização de estabelecimentos penais, campanha de desarmamento, enfrentamento ao crack e outras drogas. A dotação na LOA é de 2,0 bilhões e a execução é de 600 milhões, equivalente a apenas 30% do previsto. (Dados colhidos no SIGA/Siafi com atualização em 10/12/2011).

Além de revelar que há muito por fazer, esses números demonstram a necessidade e a importância das ações propositivas e de fiscalização do Senado Federal na seara das Políticas de Segurança Pública, cumprindo seu papel constitucional e exigindo do Poder Executivo maior esforço e atenção à problemática.

Nesse contexto, considerando a proximidade do termo do prazo de atuação desta Comissão, bem como a criação da Subcomissão Permanente de Segurança Pública (CCJSSP), no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cujas atribuições são mais amplas, pensamos ser conveniente e oportuna a transferência das atribuições da Comissão que ora se encerra para a Subcomissão Permanente.

É certo que, até pela semelhança na composição, suas funções serão desempenhadas com o mesmo afinco criterioso que já vinha sendo exercido, possibilitando a continuação dos trabalhos com menor custo e maior eficiência.

Desse modo, tendo em vista a não conclusão de todas as tarefas pretendidas pela presente Comissão, dado o termo do prazo, proponho a migração de suas funções para a Subcomissão Permanente de Segurança Pública da CCJ.





II – CONCLUSÃO

Pelo que, com as informações sobre as atividades desempenhadas, opino pela finalização dos trabalhos e **transferência das específicas atribuições** desta Comissão Temporária – Ações da Política Nacional de Segurança Pública (CTESEGPUBLICA) – para a Subcomissão Permanente de Segurança Pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJSSP), cuja execução pode ser feita por um adendo no Plano de Trabalho da última.

COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA – AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

ASSINAM O RELATÓRIO EM _____

SENADORES TITULARES	ASSINATURA
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT/RJ)	
Pedro Taques (PDT/MT)	
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PV, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB-AM)	
Valdir Raupp (PMDB/RO)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM/MT)	

